



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: QUITO FORMIGA

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 08/06/2016

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Quito Formiga) – Na qualidade de presidente da Comissão de Administração Pública, declaro abertos os trabalhos da 3ª audiência pública do ano de 2016.

Presentes os Srs. Vereadores Adilson Amadeu e Adolfo Quintas.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, link Auditório On Line. A íntegra da transcrição desta audiência pública estará disponível ao público em geral no portal da Câmara Municipal de São Paulo, no www.camara.sp.gov.br, no link *Audiências Públicas – Registro Escrito*.

A ciência desta audiência pública vem sendo publicada no Diário Oficial da Cidade diariamente desde o dia 25 de maio de 2016.

Em atendimento ao Requerimento 15/2016, de minha autoria e do Vereador Adilson Amadeu, aprovado em reunião ordinária realizada no dia 30 de março de 2016, pela Comissão de Administração Pública, esta audiência tem como objetivo tratar dos problemas causados pelo Córrego Bixiga. Vale destacar que o referido córrego foi canalizado, passando por baixo de construções, como o Terminal Bandeira e a Sede da Câmara Municipal e São Paulo, onde se encontra em avançado processo de assoreamento, colocando em risco, a princípio, esses edifícios.

Foram convidados para participar desta audiência pública os Vereadores da Casa; e os senhores Ariovaldo José Lopes, engenheiro, Superintendente de Obras Viárias da Siurb, neste ato representando o Sr. Roberto Nami Garibe Filho, Secretário Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras, Siurb; o Sr. Pedro Luiz de Castro Algodoal, Superintendente de Projetos Viários; Osvaldo Misso, Secretário-Adjunto da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras; e João Antônio da Silva Filho, Conselheiro Corregedor do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

Informo que as inscrições para pronunciamento devem ser feitas na Secretaria da

Comissão.

Passo a presidência desta audiência pública ao Vereador Adilson Amadeu.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Muito obrigado, nobre Vereador Quito Formiga.

Sr. Ariovaldo José Lopes, engenheiro, Superintendente de Obras Viárias, e Sr. Pedro Luiz de Castro Algodal, Superintendente de Projetos Viários, muito obrigado pela presença.

Nós, Vereadores, e a Mesa Diretora, que não somos técnicos, acompanhamos os engenheiros da Casa para ver o que está acontecendo no prédio e ao redor da Câmara Municipal com referência à fundação. Logicamente, no passado, antes de construir a Câmara Municipal, há muitos anos, aqui era tudo brejo, era uma lagoa. E tem o Córrego do Bixiga, que está causando uma grande infiltração dentro deste prédio.

Eu queria saber dos senhores se realmente os senhores sabem a respeito disso.

Por favor, tem a palavra o Sr. Ariovaldo José Lopes.

O SR. ARIOVALDO JOSÉ LOPES – Primeiro eu queria agradecer o convite, bem como cumprimentar os Vereadores e os demais presentes, em nome da Siurb.

Temos ciência durante muito tempo de que ocorre infiltrações na garagem, assim como ocorrem problemas de vazão, de drenagem, em toda a região – Anhangabaú, 9 de Julho, Praça 14 Bis. E durante esses anos realizamos intervenções de forma a minimizar esses problemas. E estamos, atualmente, com algumas propostas para a resolução total do problema – inclusive, o meu colega Pedro vai apresentar a proposta que ele tem.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Queria também registrar a presença do nobre Vereador Milton Leite.

O SR. MILTON LEITE – Sr. Presidente, antes de tomarmos conhecimento da proposta, posso fazer um questionamento?

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Sem dúvida, nobre Vereador Milton

Leite. Então, logo em seguida, o Sr. Pedro Luiz Castro Algodoal fará a apresentação.

O SR. MILTON LEITE – Cumprimento os nobres Pares, e agradeço a presença dos técnicos da Prefeitura, que vieram novamente colaborar com a Câmara e com a Cidade.

O que temos, na verdade, Srs. Vereadores, é um processo administrativo que vai e vem acerca dos riscos que se impõem a esta edilidade com relação ao córrego que passa sob a estrutura da Câmara Municipal de São Paulo.

Resumidamente, para que o senhores entendam: nós queremos resolver o problema. Qual a solução do problema? O que a Câmara pode fazer, que intervenção que ela pode fazer? Já tem projeto básico executivo? Existe condição de vocês licitarem ou fazerem uso de APA que permita a execução dessa obra em curto prazo? Há recursos? Outra pergunta: se não houver recursos, nós temos condições ofertar recursos da Câmara Municipal para que vocês executem essa obra?

O que nós queremos é resolver o problema, tirar o risco eminente que temos aqui. A Câmara quer registrar publicamente que nós estamos transferindo, nesse momento, a responsabilidade para a Prefeitura acerca da solução, porque até aqui, os limites da propriedade da Câmara, desta Edilidade, compete a nós, mas não há solução que não seja conjunta, e nem tem a Câmara condições técnicas de conduzir uma obra dessa monta, considerando que é uma obra que depende das estruturas e das decisões técnicas da Prefeitura de São Paulo. Nós não temos condições técnicas de gerir essa obra, de fazer a conclusão, que é a ligação, sob a Câmara, até o Córrego do Bixiga. Já houve um solapamento, que vocês devem ter olhado o processo e visto os riscos que se impõem. Só que o processo vai e vem, vai e vem, e solução nada. Então há três membros da Mesa Diretora nesse momento, e eu quero dizer o seguinte: nós temos a predisposição de alocar recursos, no limite da competência legal, e nós aqui temos, com a disposição de fazer. Basta que os senhores ofertem o projeto para a Execução dessa etapa que seja possível mitigar ou eliminar os riscos que se impõem hoje em função do (palavra ininteligível) ato registrado do processo que vocês

têm conhecimento. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Bom, sendo assim, grande explanação direta e reta porque realmente estamos tornando público algo que eu que não sou técnico, não sou engenheiro, sou administrador de empresa não gostei nada do que eu vi. Não sei se o Sr. Ariovaldo José Lopes já esteve no local vendo.

O SR. ARIOVALDO – Já estivemos no local, inclusive, fizemos vistoria, no interior da galeria no passado.

O SR. MILTON LEITE – Após esse último (palavra ininteligível) vocês já tiveram ciência, acompanharam, ou não?

O SR. ARIOVALDO - Após o último não. O que eu estou dizendo é fato pretérito, bem antigo mesmo.

O SR. MILTON LEITE – A pergunta é a seguinte: o (palavra ininteligível) tem ciência do ocorrido, de como está a situação atual, ou não. Posso fazer um encaminhamento Vereador Adilson.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Sem dúvida alguma, nós precisamos é resolver, daqui a pouco cai o prédio.

O SR. MILTON LEITE – O projeto, como vocês... tem o projeto originário tem?

O SR. _____ - Essa galeria construída há muitos anos e não temos o projeto original, a gente tem alguns cadastros antigos do trecho do que passa aqui.

O SR. MILTON LEITE – O encaminhamento que faço é o seguinte, como eles não têm ciência e especular quanto que vocês precisam... encaminhar da seguinte forma. Que façam uma vistoria rápida, que agora está um período de seca. É possível executarmos essa obra em caráter rápido e fica colocada a seguinte situação. Nós temos um problema a ser resolvido: a Câmara se dispõe a ofertar recursos aos limites da competência legal dela. Mediante a vistoria e à apresentação de um projeto básico e se há a ata que permita a execução rápida dessa obra. É o questionamento que a Câmara faz à Prefeitura. Qual é o

encaminhamento: que vocês façam a vistoria e deem a exata dimensão da conexão da galeria e dos (palavra ininteligível) que ela faz os prazos para tocar isso para frente. A Câmara quer eliminar esses riscos o mais rápido possível. O que está no processo não nos agrada. O que nós vimos no edital do processo não nos agrada, então, não sabemos a dimensão e sem vistoria e o posicionamento de vocês, nós não vamos ficar aqui debatendo o resto do dia, então, qual é o encaminhamento? Que façam e quanto tempo demandam para fazer essa vistoria? E dar um posicionamento?

O SR. ADOLFO QUINTAS – Eu queria perguntar aos técnicos se existe um projeto de um piscinão e se é necessário esse piscinão para solucionar a questão que nos aflige hoje aqui?

O SR. LUIS CASTRO – Vamos por partes. Existem alguns projetos de tratamento amplo da bacia, que seria para dar a condição adequada de 100 anos de recorrência, 50 anos de recorrência. Existem reparos que a gente pode fazer na estrutura, na atual configuração das galerias, que vai trazer benefícios. Um dos problemas que afeta esta galeria, acho que um dos fatores que mais influenciam é que todo o sistema está comprometido e ele entra em carga hidráulica. A gente chama isso. As tubulações são muito pequenas, não só do córrego do Bixiga, mas principalmente do córrego do Anhangabaú então ele não tem condição de receber, o Bixiga como vocês sabem é um afluente do córrego do Anhangabaú. Ele não tem condições de receber, então essa galeria que passa sob a Câmara, ela entra em carga hidráulica e ela não construída para entrar em carga hidráulica sob pressão. E essa pressão vai danificando ela dia-a-dia.

Posso fazer uma explanação sobre uma proposta de rearranjo das galerias que abateria a cheia nesse pedaço e daria uma condição de deságua da galeria, evitando a carga hidráulica a essa pressão. Tenho aqui uns desenhos que posso mostrar. São quatro desenhos e seria rápida à apresentação.

- Apresentação de slide.

O SR. PEDRO - Uma pasta Anhangabaú e dentro tem uma apresentação Anhangabaú. Com relação ao piscinão, realmente existe uma proposta, existem projetos de reservatórios. Essa obra foi licitada na gestão Marta, mas a gestão Serra optou por fazer um novo projeto de um túnel. Temos dois projetos. O problema é que o projeto do túnel, hoje está inviabilizado por um parecer contrário do DAE e o projeto dos reservatórios já licitados na ocasião da Gestão Marta, precisaria ser revisto porque tem piscinões aqui na Praça da Bandeira e um piscinão na Praça 24 Bis, onde será uma estação do Metrô. Então aquele projeto ficou inviabilizado pela construção da Linha Laranja que o Metrô irá construir no mesmo local.

Essa administração fez uma reavaliação desses estudos e fez a proposta de contratar um novo estudo global. Esse é um projeto que demora, pelo menos um ano, para gente concluir projeto de estudo da bacia completa, e a obra é de muitos milhões. Coisa de 200 para dar a solução global. O que trago aqui é uma proposta de rearranjo das galerias para melhorar a configuração das galerias na frente da Câmara Municipal de São Paulo. Esse projeto pode ser complementado por uma vistoria que foi demandada agora, poderíamos avaliar de como seria a reconstrução da galeria, mas reconstrução por si só ela não resolve. O que iremos fazer, é melhorar bastante a condição, que hoje os senhores irão ver pelas imagens.

O SR. ADILSON AMADEU – O que é melhorar bastante, Sr. Pedro?

O SR. PEDRO – Aqui na Praça da Bandeira, temos uma restrição muito grande. Temos três córregos que são os formadores do Anhangabaú: Saracura, que vem pela 9 de Julho o Bexiga que passa aqui sob a Câmara e o Itororó que vem pela 23 de Maio. Esses três, eles juntam em uma galeria antiga de tijolos, e ao lado do túnel do Anhangabaú temos galerias maiores. Na célula dupla de 2.80, por 2.80 que tem uma condição de muito melhor do que essa galeria.

Ali na imagem os senhores podem ver. À esquerda em cima no desenho maior, tem

a galeria que vem, a escura, que vem da 9 de Julho, e ali debaixo para cima, tem a galeria do Bexiga, as duas se unem nessa galeria que é bem antiga e de tijolos e essa que vem debaixo para cima – aqui a 23 de Maio – também se junta nessa daqui. O escoamento é sentido esquerda para a direita. Podem ver que essas três galerias: o do Saracura, do Bexiga e da 9 de Julho, Itororó, convergem para a mesma galeria antiga e ao lado tem duas galerias que estão ociosas, não recebem a vazão.

A proposta que vou apresentar agora seria de religar essa galeria que está ociosa e conduzir essa vazão pelas galerias que ali à direita tem uma galeria mais larga que é a galeria que vai ao lado do Túnel do Anhangabaú e segue pela Prestes Maia, Carlos Souza, Nazaré e deságua no Tamanduateí. Essa galeria toda está em boas condições ou muito melhor do que essas galerias que estou mostrando.

No detalhe em cima, vemos a confusão de galerias que temos nessa caixa, e a partir dessa caixa para frente, temos uma condição mais favorável de escoamento.

O SR. MILTON LEITE – Agora imaginem o seguinte cenário: se tivermos um índice pluviométrico elevado tanto nos dois principais ramais, o que ocorre? Nós vamos ficar com a galeria que passa sob a Câmara, lá embaixo vai sofrer refluxo. Qual a solução que se apresenta? Na hora que tiver um alto índice pluviométrico, na hora que chover num e no outro, a bacia é a mesma. Lá embaixo, alagou o Anhangabaú, quando para, eu tenho o refluxo. Na hora que volta é aqui embaixo da Câmara Municipal de São Paulo. Esse é o problema que temos. A água não sai. Ainda que se faça uma parede diafragma, eu não sei se resolverá lá embaixo. Não sei se vão ter de fazer uma caixa emergencial ou não. A água volta para cá.

O SR. PEDRO - No desenho seguinte tem a proposta.

Essa é a situação existente. Se alguém puder passar para o desenho seguinte.

Mais um, aí é só o detalhe da caixa.

Em amarelo está a nossa proposta. Então, ela parte da galeria, ali à esquerda, o escoamento é da esquerda para a direita. Ela parte da galeria da Câmara que é a galeria do

Bixiga. Vocês veem amarelo, primeiro o que chamamos de poço de ataque, ela vai ser construída toda por processo não destrutivo para não atrapalhar o funcionamento do terminal de ônibus.

Então, naquele primeiro que a gente chama de poço de ataque vai ser uma caixa de conexão vem um ramal que é da galeria da 9 de julho. Essas duas são ligadas e conduzidas por mais quatro circunferências, que são os poços de ataque. E o último deles é ligado na célula que hoje está inoperante. Temos dados que...

O SR. MILTON LEITE – Esse processo que você está falando é shield?

O SR. PEDRO - Não, não é shield. No orçamento, a gente usou um processo que se chama tunnel liner, que é um processo com chapas corrugadas e depois faz um revestimento interno. O shield não é viável economicamente para um trecho curto. Essa extensão é de 160 metros....

O SR. MILTON LEITE – Não paga o custo.

O SR. _____ - Qual é a circunferência de lá?

O SR. PEDRO - Seria de... eu tenho a impressão que é de 2,80, eu preciso ver aqui. 2,60.

O SR. MILTON LEITE – Tem duas paralelas em amarelo. É dois de...

O SR. PEDRO - Duas de 2,60 metros.

O SR. MILTON LEITE – O custo estimado disso?

O SR. PEDRO - A gente tem uma primeira estimativa em 20 milhões.

O SR. MILTON LEITE – Vamos imaginar que feita a vistoria, pelo que estou vendo aqui não tem outra solução. Existe contrato? Algo que possa ser aditado na região? Ata? Como podemos resolver isso correndo?

O SR. PEDRO - Não, isso a gente precisa licitar essa obra.

Teríamos então, vamos imaginar que feita à vistoria, pelo que estou vendo aqui, não há outra solução. Ou existe contrato, ou algo que possa ser aditado aqui na região, ou ata?

Como é que vamos resolver isso correndo?

O SR. PEDRO LUIZ DE CASTRO ALGODOAL – Não, não. Isso, a gente precisaria licitar essa obra. A gente, com esses elementos, a gente poderia abrir uma licitação pra essa obra. Em ata não cabe esse tipo de trabalho.

O SR. MILTON LEITE – Não tem aqui nenhum contrato que possa ser aditado nessa bacia? Não, né?

O SR. PEDRO LUIZ DE CASTRO ALGODOAL – Não, que eu saiba. Eu acho que é uma intervenção...

O SR. MILTON LEITE - Então a minha sugestão é a seguinte: que vocês façam a vistoria e verifiquem se tipifica emergência, dada às circunstâncias. E consultamos o Tribunal, em caráter de urgência. Se o risco for iminente, após a vistoria, vamos sugerir que vocês contratem por emergência, e consultando o Tribunal de Contas, façamos. E, se for o caso, eles que venham e vistoriem. E se o risco for iminente, em havendo risco iminente, se parte para o processo de contratação por emergência, por vocês, consultado o Tribunal de Contas para que não parem dúvidas, dado o risco verificado pelas vistorias. Acho que esse encaminhamento está bom, não é Adilson? Você concorda comigo?

O SR. ADILSON AMADEU – Sem dúvida. A preocupação é que há anos, já passou pelos governos Marta, Serra e agora os senhores...

O SR. MILTON LEITE – Então, Pedro, o projeto em tese, é isso: tem o projeto, se é possível executarmos, e quanto à forma, nós estamos preocupados com a segurança. Se o risco for iminente, olha, há risco mesmo, não somos nós, são vocês que vamos decidir com a vistoria. Convoque-se, se o Tribunal falar, faz uma ata. Se o Tribunal acompanhar, estamos pensando em convocar por emergência, se convoca por emergência, e ofertaremos recursos. A Câmara ofertará recursos se for por volta dessa monta. É isso.

O SR. PEDRO LUIZ DE CASTRO ALGODOAL – É que eu não sei se emergência, se a gente consegue estender porque emergência seria no trecho que hoje está danificado.

O SR. MILTON LEITE – Eu sei, mas a emergência – e é por isso que estamos consultando o Tribunal – não adianta eu fazer, aqui eu tenho refluxo.

É o que eu disse na inicial, se importar aqui, eu tenho que concluir, vai ter que concluir! Se importar aqui... E é por isso que precisamos fazer a vistoria, o risco é iminente. Mas não adianta fazer 70 metros porque só vou empurrar o problema, na cheia tem refluxo e ele vem. Não adianta fazer o diafragma e só ir empurrando o problema pra lá, aí o causador vai ser a Câmara. Você não vai aprovar isso tecnicamente, aí o causador seremos nós. É melhor fazer a vistoria e dizer: olha, há situação de emergência porque o risco assim se impõe, e dizer da dimensão dele. A recomendação é que faça vistoria, Adilson.

O SR. ADILSON AMADEU – Tudo bem, nobre Milton Leite, Vereador que conhece muito dessa área, é especialista, conhece demais. Agora, vou perguntar: o senhor é engenheiro, Dr. Pedro?

O SR. PEDRO LUIZ DE CASTRO ALGODOAL – Sou engenheiro. Engenheiro de carreira...

O SR. ADILSON AMADEU – Engenheiro de carreira, tá. O senhor está acompanhando esse processo? O senhor já falou, já deu o diagnóstico...

O SR. PEDRO LUIZ DE CASTRO ALGODOAL – Desde a década de 80. Nós dois somos de carreira e trabalhamos desde a década de 80...

O SR. ADILSON AMADEU – Se você falar que vai estar tudo bem aqui, que não precisa fazer a obra, eu vou pedir para o Prefeito transferir os senhores pra cá, pra trabalhar aqui. Porque aí, quando cair, a gente cai junto, amarradinho. Porque 10 anos e não se faz, eu fico preocupado. A minha pergunta, a primeira é assim: você me falou, há pouco, dos piscinões. Foi feito um piscinão aqui? (Pausa) Ah, não foi feito. Foi feita a licitação porque eu apontei numa CPI que presidi exatamente que faltava aqui um piscinão, precisaria ter um piscinão. Eu tinha entendido que você tinha falado que foi construído o piscinão, mas não foi?

O SR. PEDRO LUIZ DE CASTRO ALGODOAL – Não foi, não foi.

O SR. MILTON LEITE – Foi feita a licitação no Anhangabaú, e alterando por outro projeto, que era um túnel.

O SR. PEDRO LUIZ DE CASTRO ALGODOAL – Exatamente.

O SR. MILTON LEITE – Acho que a solução de vocês atende a Câmara, e a monta, eu acho que a Câmara suporta devido o período, um ano ou dois, mas nós não podemos ficar... E todos eles estão travados na seguinte condição: a vistoria que vocês vieram fazer e nós recomendamos “de imediato” é porque eu entendo que há risco, mas quem pode dizer tecnicamente, mediante vistoria, são os senhores. Em havendo risco, convoque-se o Tribunal, faz a nova vistoria e de comum acordo chama emergência. E em eles estando de acordo ou não, que se faça vistoria com o Tribunal. Olha, estão lançando emergência que não é... Então, mostrem a eles, apresentem se houver essa condição de emergência, se não, é partir para o projeto, para o pleito licitatório.

Temos duas soluções: a Câmara está disposta a aportar recursos, essa é uma decisão porque não queremos risco aqui na Casa. Segunda posição: é que ou faz por emergência ou por licitação. Aí a decisão é que, se o risco é iminente, é emergência; se não é, é licitação. Ou se parte dele se executa por emergência e os demais se complementam, aí é uma (ininteligível) que vocês farão em conjunto, Adilson.

É o encaminhamento que eu dou, Vereador Adilson Amadeu, porque com as demais nós não vamos ficar debatendo, não temos diagnóstico atualizado e em condição de dizer qual é a solução. O projeto é esse, para tirarmos o problema aqui e resolvermos na Câmara Municipal de São Paulo, tirarmos o risco. E os reparos que devem ser feitos, complementares, para fazer essa obra haverá danos. Não se faz intervenção sob a Câmara sem danos, então implica em um projeto complementar. Por isso eu estou dizendo, é uma obra e reforma, porque nós vamos fazer um belo estrago aqui embaixo para poder atualizar.

Então faça uma vistoria e verifique o que é possível ser feito. Acho que é isso que tem que ser feito. Ou já convoca o Tribunal de Contas para fazer a vistoria junto, numa única

(ininteligível). Acho que é isso.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Nobre Vereador, muito bom. Acho que não só o Tribunal de Contas. Hoje estavam convidados, além do Tribunal de Contas... (Pausa) Pois não, nobre Vereador, pela sua participação.

O SR. MILTON LEITE – Acho que a nossa posição aqui, que eu entendo que seja possível e a disposição da Câmara de aportar recurso, acho que como tem mais dois membros da Mesa aqui presentes, a decisão nossa é essa: é apressar esse processo, respeitadas as condições técnicas às quais os senhores estarão submetidos, porque os senhores é que não de assinar. Mas peço que acompanhem com a cautela do Tribunal de Contas quanto ao quesito da emergência, se assim houver necessidade. Eu estou preocupado de ficar aqui na próxima enchente, não quero risco, mas vou ouvi-los, porque são vocês que vão recolher a ART para dizer que tem ou não a responsabilidade técnica, dizer que é emergência ou não, em conjunto com o Tribunal.

Obrigado, Vereador. Vou pedir licença para me retirar.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Muito obrigado, nobre Vereador Milton Leite, pelas colocações.

Então nós pediríamos, junto com nossos assessores e assessores desta comissão, a vistoria o mais rápido possível, se possível, dos senhores, também trazendo aí, a convite, o Sr. Osvaldo Misso, que é Secretário de Infraestrutura, e também, do Tribunal de Contas, Sr. João Antônio da Silva Filho; fazer essa vistoria em conjunto, e também nós vamos acompanhar, quero acompanhar.

Agora, dentro desse convite, em quantos dias vocês conseguiriam dar um veredito, um laudo ou coisa parecida? Nós estamos precisando de prazo aqui.

O SR. _____ - Acredito que, após a vistoria, já dá para lavrar um laudo, logo após a vistoria visual.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Se nós marcarmos essa vistoria até dia

15, vocês acreditam que até dia 25 vocês conseguem dar o laudo?

O SR. _____ - Ah, sim, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Podemos falar mais ou menos assim, dentro dessa data?

O SR. _____ - Podemos, podemos falar.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Então os assessores, o nobre assessor do nobre Vereador Adolfo Quintas, meu assessor também, a assessoria da audiência pública, vamos fazer dessa maneira. Acho que, bem como colocou o nobre Vereador Milton Leite, trazendo também o pessoal do Tribunal de Contas, senão a gente fica dependendo sempre de um, mais um. Está *okay* assim? Pode ser, Dr. Luís Castro?

O SR. LUÍS CASTRO – De acordo.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – De acordo, Dr. Luís Castro. E o Dr. _____ Ariovaldo José, de acordo também?

O SR. ARIOVALDO JOSÉ – De acordo, estamos de acordo também.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Então, se estamos todos de acordo, está resolvido. Não vai despencar e não vai alagar. Vamos resolver, não é isso?

Mais alguém? Nobre Vereador Adolfo Quintas?

O SR. ADOLFO QUINTAS – Eu estou satisfeito. Acho que o intuito foi concluído e a gente vai fazer as ações agora. Vou conversar com o João Antônio, a gente já faz o convite para que ele venha junto fazer a vistoria.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Sem dúvida. E também temos aqui, aproveitando o tempo, o Sr. Silvio Sena, que gostaria de usar o microfone. Ele é morador da Vila Jacuí. Por gentileza, Sr. Silvio Sena.

O SR. SILVIO ALVES SENA – Boa tarde à Mesa e a todos. Sou líder comunitário na Vila Jacuí e no mesmo em que houve essa audiência na Siurb em relação à canalização do Córrego Bexiga, também contamos o nosso sofrimento em relação ao Córrego Jacuí – faltam

exatamente 360 metros para a conclusão da canalização desse córrego. Só que não temos a mesma sorte que a Câmara, que está na iminência. Nós já sofremos o risco: com qualquer garoa ou chuva, as casas ficam todas inundadas e algumas construções acabam desabando. Essa luta vem desde 2009 e praticamente todo o Córrego Jacuí foi canalizado, menos essa parte, que é a mais crítica, mas, se Deus quiser, talvez seja concluída antes da canalização do Bexiga, porque a quantia não é tão vultosa quanto esses 20 milhões, é somente 1,2 milhão de reais.

Por azar, este inverno também está maltratando a gente lá.

O SR. ADOLFO QUINTAS – Um aparte, Sr. Presidente. Sobre a questão do córrego, eles mandaram já um orçamento e já teve retorno. Ficou de se trabalhar a questão com os Vereadores: cada um daria 400 mil reais na emenda e assim daria para concluir o serviço. É muito diferente da questão da Câmara, que está oferecendo o aporte para poder fazer o trabalho. Nesse caso, se o Município não tiver, nós vamos ter que fazer a emenda. Eu me dispus a colocar os 400 mil. Agora o senhor tem que falar com os Vereadores Ricardo Teixeira e Senival Moura.

O SR. SILVIO ALVES SENA – Tudo bem.

O SR. ADOLFO QUINTAS – Não é isso que ficou acertado?

O SR. SILVIO ALVES SENA – Se ficou esclarecido dessa forma, a gente vai cobrar os outros dois Vereadores que se propuseram. Aproveito para agradecer o nobre Vereador Adolfo Quintas, que já se propôs a colaborar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Obrigado, Sr. Silvio Sena, pela sua explanação. Eu também me coloquei à disposição com uma parte muito humilde da emenda, mas, sem dúvida alguma, me coloquei à disposição. (Palmas)

Não é de hoje, mas há muito anos, que os senhores vêm sofrendo. A gente conhece o pessoal, porque andamos por lá algumas vezes e ouvimos comentários.

Então, vamos deliberar a vistoria para o dia 15 de junho? Pode ser? Solicito ao Presidente desta Comissão, o nobre Vereador Quito Formiga, o envio de ofício ao TCM e que também defina um técnico para acompanhar a vistoria.

Depois da vistoria, entre os dias 20 e 25, tendo o laudo, poderemos prosseguir. Aproveitem também para ver o que foi falado aqui sobre a Vila Jacuí, já que o querido Prefeito e o Secretário, um Sociólogo dos melhores, uma pessoa brilhante por quem sou apaixonado, estão com tanta boa vontade de fazer as coisas nesta cidade. Que eles possam ajudar nesse assunto da Vila Jacuí.

Não havendo mais nada a ser tratado, declaro encerrados os trabalhos desta audiência pública.

Boa tarde.
